

**XVI CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES  
DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UNIÃO EUROPEIA**

**Santa Cruz de Tenerife, 27 e 28 de Outubro de 2010**

**DECLARAÇÃO FINAL**

\*\*\*\*\*

A XVI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP), reunida em Santa Cruz de Tenerife nos dias 27 e 28 de Outubro de 2010, sob a presidência do Senhor Paulino RIVERO BAUTE, Presidente do Governo das Ilhas Canárias:

Agradece ao Comissário Europeu para a Política Regional a sua participação nos trabalhos da Conferência que testemunha a importância atribuída à parceria com as nossas regiões.

Saúda a presença da Ministra do Ultramar de França, bem como dos representantes da Espanha e de Portugal, cujo constante apoio demonstra a vontade conjunta, dos três Estados, em defender um tratamento diferenciado em benefício das nossas regiões no seio da União Europeia.

Saúda a presença do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, cuja participação atesta, uma vez mais, o interesse deste país em dinamizar a associação especial com a União Europeia, assim como a importância que atribui, neste contexto, às relações com as Regiões Ultraperiféricas enquanto plataforma privilegiada para o desenvolvimento mútuo e sustentável no seu espaço regional de pertença.

**A Conferência dos Presidentes RUP:**

Expressa a sua inteira satisfação pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que confirma a base jurídica da Ultraperiferia reflectida no artigo 349.º do TFUE.

Congratula-se, neste contexto, pela inserção da colectividade de Saint-Martin no Tratado como RUP e pela sua integração na Conferência dos Presidentes.

Assinala que o processo iniciado em 2007 com a Presidência portuguesa da União Europeia, prosseguido pela Presidência francesa, em 2008, e reforçado, em 2010, sob a Presidência espanhola, com uma parceria exemplar entre os três Estados e as Regiões Ultraperiféricas contribuiu





activamente para o debate sobre a estratégia europeia em prol da Ultraperiferia, tendo em conta os novos desafios que se apresentam no horizonte 2020.

Sublinha, em particular, o novo impulso dado à dimensão ultraperiférica através da assinatura de um Memorando conjunto de Espanha, França, Portugal e das RUP, a 7 de Maio de 2010, adoptado com base no Memorando apresentado pelas regiões a 14 de Outubro de 2009, e que propõe uma estratégia renovada, mediante uma abordagem territorial, em favor da Ultraperiferia.

Acolhe igualmente, com satisfação, a realização da primeira edição do Fórum da Europa Ultraperiférica, que teve lugar em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de Maio último, fazendo eco na cena europeia da realidade das nossas regiões, e toma nota do carácter periódico desta iniciativa.

Felicita-se, em particular, pela orientação dada pelo Conselho sobre a necessidade de renovar a estratégia em favor das RUP no quadro da futura reforma das políticas europeias, tal como reflectida nas Conclusões do Conselho de 14 de Junho de 2010.

Relembra as contribuições conjuntas apresentadas, desde a última Conferência, sobre a Estratégia UE 2020, a Estratégia Europeia da Energia, a Inserção regional das RUP e a cooperação territorial europeia, bem como as submetidas no âmbito do Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas e sobre a Política Marítima Integrada para a bacia marítima do Atlântico. Contribuições estas que devem orientar a Comissão na consideração da Ultraperiferia.

Sublinha, finalmente, que esta reflexão se inscreve num contexto de novos desafios mundiais marcado por uma crise financeira, económica e social com fortes repercussões nas nossas regiões. Este contexto, destaca a particular vulnerabilidade das RUP, a pertinência de uma estratégia diferenciada e adaptada à sua realidade, bem como a necessidade de eficazes respostas europeias no curto prazo.

Acolhe, com interesse, a iniciativa de Cabo Verde, Espanha e Portugal de institucionalizar a união dos arquipélagos da Macaronésia e consolidar a sua posição como actores privilegiados nas relações da União Europeia e dos países africanos vizinhos, reforçando os princípios e valores da União nesta zona do Atlântico. Sublinha a importância desta iniciativa como ponto de partida para as reflexões sobre a necessidade de consolidar um espaço específico no contexto da cooperação territorial europeia e do “Plano de Acção para a Grande Vizinhança”.



## **A XVI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia**

Regista que o fim do semestre da Presidência espanhola do Conselho coincide com o início das negociações para o período pós 2013 e, portanto, com a definição de prioridades no quadro das políticas europeias renovadas.

Recorda que a estratégia europeia para as RUP deve ser prosseguida com base nos princípios adoptados no memorando de Cayenne de 1999 (igualdade de oportunidades, coerência, parceria e valorização das potencialidades) e desenvolvidos em conformidade com os três eixos definidos em 2004 pela Comissão Europeia (acessibilidade, competitividade e inserção regional).

Sublinha, uma vez mais, que garantir a coerência das políticas europeias nos termos do artigo 349.º TFUE, constitui a pedra angular que suporta a estratégia europeia relativamente às RUP, respeitando o princípio do tratamento diferenciado consagrado no n.º 1 do artigo 355.º do Tratado.

Relembra a adopção dos Memorandos de 2009 e 2010 que contêm propostas concretas e inovadoras no quadro da reforma das políticas europeias pós 2013.

Insiste particularmente na coerência que deve orientar a acção europeia em prol das RUP, baseada na procura de um triplo equilíbrio:

- O equilíbrio entre potencialidades e constrangimentos;
- O equilíbrio entre a dimensão interna e externa das políticas da União;
- O equilíbrio entre a adaptação das políticas da União e a implementação de instrumentos sectoriais específicos.

### **A Conferência dos Presidentes das RUP:**

Afirma, face ao calendário europeu, a necessidade de dar uma resposta urgente às propostas e elementos de reflexão avançados pelas RUP e respectivos Estados.

Solicita à Comissão Europeia que apresente em tempo útil e, em conformidade com as Conclusões do Conselho, uma nova Comunicação adoptando iniciativas *ad hoc* no respeito dos prazos que possibilitem aos seus diferentes Serviços ter, efectivamente, em conta a especificidade da Ultraperiferia no quadro da revisão das principais políticas europeias e as primeiras propostas orçamentais para o período pós 2013.



Solicita que estas propostas da Comissão em favor da Ultraperiferia contemplem a recondução das adaptações legislativas actuais, explorem novas, e disponham de meios financeiros suficientes. Estes devem ser reforçados e aplicados, em certos casos, através de instrumentos financeiros específicos, com base no artigo 349.º do TFUE.

Considera especificamente a necessidade de agir, o mais cedo possível, sobre os pontos seguintes:

- A necessidade de a Comissão avaliar, desde já e sistematicamente, os efeitos das políticas da União Europeia nas Regiões Ultraperiféricas, em particular, ao realizar estudos de avaliação de impacto;
- A manutenção de uma política regional ambiciosa com fundos europeus, nomeadamente estruturais, ao serviço de uma política dos territórios em geral e das RUP em particular, para o período pós 2013;
- A manutenção e adaptação, quando pertinente, dos dispositivos de auxílios de Estado e de incentivos fiscais, reduzindo o seu carácter temporário de modo a garantir o desenvolvimento dos nossos territórios, nomeadamente no que se refere aos factores de competitividade das nossas empresas (investigação, inovação, etc.);
- A necessidade de dotar o « Plano de Acção para a Grande Vizinhaça » de um instrumento financeiro próprio e inovador com regras de intervenção únicas e adaptadas à realidade do ambiente geográfico e cultural das RUP;
- A manutenção da abordagem POSEI, do seu conteúdo e o aumento da ficha financeira dos referidos Programas de modo a compensar a perda de competitividade das RUP como consequência de acordos internacionais e na eventual alteração da OCM para as produções das RUP.

Solicita à Comissão que retome a prática de reuniões tripartidas regulares associando o GIS RUP, o Comité de Acompanhamento da Conferência e os Estados-membros, a fim de analisar soluções inovadoras relativas a assuntos de interesse para as RUP.

Solicita, neste quadro ao Conselho, além do envolvimento decisivo da Espanha, da França e de Portugal, que assegure que as suas Conclusões de 14 de Junho de 2010 se traduzam em propostas concretas e precisas, acompanhadas de correspondentes dotações financeiras que dêem verdadeiramente corpo à estratégia renovada em prol da Ultraperiferia.

Solicita o apoio do Parlamento Europeu, para que, em conformidade com a importância institucional outorgada pelo Tratado, vele a que a União

cumpra com o seu compromisso para com os seus cidadãos mais distantes.

Solicita o apoio das Presidências belga e húngara para que prossigam a dinâmica conferida pela Presidência espanhola à dimensão ultraperiférica.

Mandata o Presidente do Governo das Canárias para transmitir esta Declaração à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões, ao Comité Económico e Social e aos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

Encarrega o Comité de Acompanhamento de:

- Empreender os trabalhos necessários para a renovação do Protocolo de Cooperação entre as RUP;
- Estudar fórmulas adequadas de colaboração da Conferência com as regiões que tenham iniciado diligências para se tornarem região ultraperiférica, nomeadamente a colectividade departamental de Mayotte;
- Prosseguir os encontros de trabalho periódicos com a Unidade RUP da Comissão Europeia.

Acordam que a Região da Martinica assegurará a próxima Presidência da Conferência dos Presidentes das RUP.

Santa Cruz de Tenerife, 27 de Outubro de 2010



**ACORES** **CANÁRIAS** **GUADALUPE** **GUIANA**  
**MADEIRA** **MARTINICA** **REUNIÃO** **SAINT MARTIN**

### Anexo à declaração final

Os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas tomam nota do impedimento do Presidente da Colectividade de Saint Martin, Senhor Frantz Gumbs, de participar, por motivos alheios à sua vontade, na XVI Conferência dos Presidentes.

Não obstante, a Conferência decide de acolher, desde já, o Presidente desta Colectividade como um dos seus membros.

A Conferência manda o Presidente do Conselho Regional da Guadalupe de transmitir à Colectividade de Saint Martin os originais desta Declaração Final para recolha da assinatura do seu Presidente. O Conselho Regional da Guadalupe, uma vez assinados os documentos, reenviá-los-á ao Presidente do Governo das Canárias que será seu fiel depositário.



ACORES CANÁRIAS<sup>PO</sup> GUADALUPE GUIANA  
MADEIRA MARTINICA REUNIÃO